

TRANSNACIONALISMO

Guilherme Ribeiro¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Seropédica, RJ, Brasil



Pablo Ibañez²

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Seropédica, RJ, Brasil



Enviado em 20 out. 2024 | Aceito em 20 nov. 2024

Antes do transnacionalismo, era a palavra *transnacionais*, associada às corporações econômicas globais que dominavam a parte capitalista de um mundo ainda dividido pela Guerra Fria, que nos desafiava a refletir sobre as intensas mudanças espaço-temporais provocadas pelo capitalismo, tais como a ultrapassagem do quadro nacional e o enfraquecimento do poder dos Estados (Furtado, 1974). Por ocasião da dupla queda do Muro de Berlim e da União Soviética, o longo processo histórico relativo à expansão planetária daquelas corporações – e todos os seus efeitos – recebeu o nome sintomático de *globalização*. Neste caso, a força da dimensão espacial deste significativo não pode ser esquecida, pois ela é bastante reveladora da geograficidade dos fenômenos empíricos de nosso tempo.

No entanto, durante o início das grandes transformações da década de 1990, essa geograficidade não foi bem compreendida por alguns discursos nos quais o espaço e o território foram rapidamente substituídos pela diminuição das distâncias causada pelas redes tecnológicas e de transporte e pelo “meio” digital. Todavia, desde a ressaca oriunda do “fim” da história, da geografia e das fronteiras assinalado por alguns autores (Fukuyama 1992, O’Brien 1992, Ohmae 1990), temas como reconfiguração das cadeias produtivas globais, aprofundamento das desigualdades

1. Doutor em Geografia pela UFF, com doutorado-sanduíche pela Universidade de Paris-Sorbonne (Paris IV) e pós-doutorado pela UFMG. Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o Laboratório Política, Epistemologia e História da Geografia. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Email: lapehge@gmail.com ou geofilos@msn.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5564-8619>. Uma versão homônima porém distinta da atual foi originalmente publicada em Couteau, P., Eprendre, N., Ferretti, F., Pelletier, P. (2024). *Élisée Reclus. Les 101 mots*. Dijon: Les Presses du Reél, pp. 451-454.
2. Doutor em Geografia Humana pela USP, coordena a área de Altos Estudos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Foi pesquisador visitante da Universidade Fudan em Xangai. Email: ibanez.pablo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8668-2257>



socioeconômicas, guerras territoriais, sustentabilidade e mudanças climáticas possuem uma natureza *transnacional* e evidenciam a necessidade de um profundo diálogo com a geografia visando iluminar como funcionam escalas, fluxos, redes e fronteiras no século XXI.

Tal complexidade encontra no vocábulo *transnacionalismo* um de seus principais referentes. Palavra polissêmica, os elementos que a constituem podem ser assim decodificados: do lado *trans*, trata-se de processos marcados pelo aumento da mobilidade de capitais, mercadorias e pessoas e pela expansão de um modo de vida “global” em que a dependência dos países uns em relação aos outros é muito maior e mais veloz do que antes e, conseqüentemente, o local e o global passam, em vários aspectos, a se confundir. Do lado do *nacionalismo*, precisamos retornar ao fim dos impérios e à sua substituição por estados territoriais nacionais caracterizados por fronteiras teoricamente fixas e controladas mas que são, sempre, permeáveis.

Assim, em um mundo cada vez mais *trans*, *híbrido* e *plural*, a retomada do nacionalismo enquanto ideologia política por parte, sobretudo, da extrema-direita, indica que o peso do passado, temporalidade privilegiada em que determinadas tradições foram inventadas e se tornaram mitos de origem, identidade e pertencimento, ainda está vivo e alimenta projetos xenofóbicos. É por esta razão que, no contexto da escalada de Nicolas Sarkozy à presidência da França e da subsequente criação do Ministério da Identidade Nacional em 2007, o pensador e migrante búlgaro Tzvetan Todorov assinalou: “o medo dos bárbaros é o que corre o risco de nos tornar bárbaros” (Todorov 2008: 20). Se é verdade que historicamente os mais diferentes grupos sociais fabricaram a figura do “outro” como um inimigo (real ou simbólico) a ser derrotado, esta figura será progressivamente consagrada no decorrer do estabelecimento dos Estados modernos cuja composição, baseada no trinômio raça, território e nação, está tanto na raiz das duas guerras mundiais quanto na de políticas como leis anti-imigração, deportação de quem não é “nativo”, proibição do ensino de línguas estrangeiras, “limpeza étnica”... Assim, além de contribuir para dissimular as contradições capitalistas no interior dos territórios nacionais, tais políticas também tentam convencer a população de que os Estados-nação, em algum momento, foram homogêneos – o que não faz qualquer sentido, pois sabemos que o passado da maioria dos Estados está associado a impérios multiétnicos, multiculturais e multilíngues (Anderson, 1983).

É nessa conjuntura que devemos inscrever o advento e a perenidade de ideologias nacionalistas revestidas de romantismo e apelando para o solo e a paisagem, o idioma e o mapa, a bandeira e o hino (Detienne, 2013 [2010]). Apesar de possuírem em geral um conteúdo infantil do ponto de vista psicanalítico, é exatamente por causa dele que estes tópicos continuam a ser mobilizados pelos indivíduos e pelas massas incomodados por um suposto mal-estar amplificado pela globalização no qual migrantes definitivos, refugiados, trabalhadores temporários e imigrantes indocumentados tanto vêm desenhando o arranjo *transnacional* de cidades como Londres, Paris, Berlim, Roma, Nova York e outras, quanto caracterizando um movimento mais amplo de modificação na estrutura das relações entre nação e Estado denominado “geografias pós-nacionais” por Arjun Appadurai (1997 [1996]). A isto reagem os movimentos de extrema-direita na França de Marine Le Pen, na Hungria de Viktor Orbán e nos Estados Unidos de Donald Trump: em primeiro lugar, à presença de estrangeiros, mas, também, a uma gama de fatores representados por economias *trans*, instituições *trans* e culturas *trans*, as quais são vistas como responsáveis por enfraquecer tradições e práticas tidas como locais, autênticas, originais...

Não podemos esquecer, porém, que a mobilidade da força de trabalho é indissociável do aumento da pobreza ocasionado pela disseminação de políticas econômicas neoliberais mundo afora (vide, por ex., Piketty 2014) desde a década de 1970 (defendidas e promovidas, evidentemente, por partidos de direita), com tal mobilidade sendo parte integrante da nova divisão internacional do trabalho e da recomposição dos mercados globais no pós-fordismo – incluindo aqui paraísos fiscais

a acolher o capital financeiro, grupos paramilitares, tráfico de drogas e de armas, superexploração do trabalho... Este cenário foi habilmente criticado e sintetizado por Sandro Mezzadra e Brett Neilson (2013) através de quatro importantes noções: a crescente heterogeneidade do espaço global, a proliferação das fronteiras, as lutas por fronteiras [*border struggles*] e a multiplicação do trabalho.

Enfim, uma vez que a maioria dos países adotou o modelo cultural e de soberania descrito até aqui, podemos concluir que a fórmula do Estado moderno *uma única língua, um único povo, um único território* é, por estrutura, contaminada. Racista, excludente e contrária a tudo o que é não é “nacional”, é uma bomba que não se desarma e, portanto, pronta a explodir em qualquer lugar e a qualquer momento. Para citar apenas dois exemplos: a saída do Reino Unido da União Europeia em 2020 (o *Brexit*) e a guerra da Rússia contra a Ucrânia desde 2022.

Sem partidos ou líderes pessoais, em nossa opinião o transnacionalismo pode ser considerado como um movimento social *sui generis* cuja força política reside no fato de expor de uma só vez a artificialidade das identidades nacionais e da estrutura jurídico-política do Estado Westfaliano. Resgatando as advertências de Walter Benjamin (2013 [1921]) e Giorgio Agamben (2004 [2003]) sobre o estado de emergência, observa-se que o transnacionalismo põe em xeque as noções de *legalidade* e *ilegalidade*, revelando, assim, a erosão de uma teoria política que, como acontecimento histórico, deve ser alterada para enfrentar as atuais demandas de inclusão, solidariedade e justiça social. Conforme Étienne Balibar (1992), Andrew Linklater (1998) e Jürgen Habermas (2012), uma dessas alterações é a separação dos conceitos de democracia e cidadania do conceito de Estado, de modo a ampliar a noção de direitos concedendo-os a todos aqueles que deles necessitam. Uma democracia transnacional, assim como uma cidadania transnacional, exige, portanto, uma nova ética baseada no fato de que as fronteiras não podem ser ilimitadas para os bens/o capital e limitadas para a vida humana.

A propósito, vejamos como o Sul Global tem muito a ensinar: expulsos da cena política durante e após a independência efetuada pelos filhos de espanhóis nascidos nas colônias, os povos originários esperaram séculos até a chegada de um dos seus representantes à presidência, o uru-aimará Evo Morales, para testemunhar a nova Constituição que transformou a Bolívia em um estado republicano plurinacional (Tapia 2007). Processo semelhante ocorreu no Equador. Assim, 2008 é um momento essencial na história da teoria política e do direito ocidentais – pelo menos para o pensamento progressista.

Enfim, evocar a dimensão *transnacional* de determinado fenômeno nos convida a refletir teoricamente sobre as maneiras pelas quais geógrafos e demais cientistas mobilizarão escalaridades, regionalismos e “glocalidades” no transcorrer do século XXI e da progressiva (e perigosa!) digitalização da vida. Para além de dicotomias como “dentro” e “fora” e de eventos claramente delimitados em termos de extensão e de duração – lembremos do pioneirismo de Paul Virilio (1993 [1984]) ao observar que as medidas modernas de espaço e de tempo já estavam ultrapassadas, o que não significa, contudo, a substituição da geopolítica pela cronopolítica, ressalte-se –, certas formas e conteúdos só serão apreendidas ao lançarmos mão do que é híbrido, reticular, fluido. Daquilo que ocorre e se movimenta *entre* fronteiras, *entre* idiomas e *entre* nações, e que transforma a si mesmo e aos lugares por onde passa.

Agradecimentos

Agradecemos as sugestões de Rogério Haesbaert (UFF) para o aperfeiçoamento deste verbete, bem como o gentil incentivo de Juliana Nunes Rodrigues (UFF), editora da revista *GEOgraphia*, para que fizéssemos este trabalho.

Referências

- AGAMBEN, G. (2004 [2003]) *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. Campinas: Boitempo. 140p.
- ANDERSON, B. (2006 [1983]). *Imagined communities. Reflections on the origins and spread of nationalism*. London/New York: Verso. 240p.
- APPADURAI, A. (1997 [1996]) Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos CEBRAP*, n.49, nov., pp.33-46. Trad. Heloísa Buarque de Almeida.
- BALIBAR, É. (1992) *Les frontières de la démocratie*. Paris: La Découverte. 276p.
- BENJAMIN, W. (2013 [1921]) Para a crítica da violência. In: Benjamin, W. *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*. Organização, apresentação e notas por Jeanne Marie Gagnebin. Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, pp.121-156.
- DETIENNE, M. (2013 [2010]) *A identidade nacional, um enigma*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica. 110p.
- FUKUYAMA, F. (1992) *O fim da história e o último homem*. Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco. 489p.
- FURTADO, C. (1974) *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 117p.
- HABERMAS, J. (2012) *La constitution de l'Europe*. Paris : Gallimard. 224 p.
- LINKLATER, A. (1998) *The transformation of political community. Ethical foundations of the post-westphalian era*. New York: University of South Carolina Press. 263p.
- MEZZADRA, S., Neilson, B. (2013) *Border as method, or, The multiplication of labor*. Durham and London: Duke University Press. 365p.
- O'BRIEN, R. (1992) *Global financial integration: the end of geography*. London: Pinter for Royal Institute of International Affairs. 120p.
- OHMAE, K. (1990) *The borderless world: power and strategy in the interlinked economy*. London: Collins. 223p.
- PIKETTY, T. (2014) *O capital no século XXI*. Trad. Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca. 672p.
- TAPIA, L. (2007) Una reflexión sobre la idea de Estado plurinacional. *OSAL*, (Buenos Aires: CLACSO), ano VIII, n. 22, septiembre, pp.47-63.
- TODOROV, T. (2008) *La peur des barbares : au-delà du choc des civilisations*. Paris: Robert Lafond. 320p.
- VIRILIO, P. (1993 [1984]) *O espaço crítico*. Trad. Paulo Roberto Pires. São Paulo: Editora 34. 119p.